

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**
2 **BELO HORIZONTE – CMAS/BH**

3
4 **Ata da 105ª Plenária do Conselho Municipal de**
5 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**
6

7 Aos treze de junho de 2007, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587 – Bairro
8 Santa Tereza, foi iniciada a 105ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social –
9 CMAS/BH. Sandra Regina Ferreira Barbosa iniciou a reunião fazendo a leitura das justificativas de
10 ausências dos seguintes conselheiros: Ilmar Nascimento Costa, Levi Aparecido Rodrigues da Cunha,
11 Cristiane Nazareth da Silva, Luís Fernando de Abreu Xavier e a colaboradora Regina Coeli Oliveira.
12 Em seguida, Sandra Regina apresentou os pontos de pauta: 1) Apresentação do Balanço da Gestão
13 2005-2007 do CMAS/BH; 2) Apresentação da Estrutura e Dinâmica de Funcionamento do CMAS/BH;
14 3) Eleição da Mesa Diretora, da Coordenação das Comissões de Trabalho do CMAS/BH e da
15 representação do CMAS/BH no Conselho Metropolitano do Bolsa Família e no Conselho Estadual de
16 Assistência Social. Tratar da composição das Comissões de Trabalho do CMAS/BH; 4) Apresentar,
17 discutir e votar a Prestação de Contas 2006 e Prestação de Contas de janeiro, fevereiro, março e abril
18 de 2007. Sandra propôs a pedido da sociedade civil a inversão de pauta, começando pelo terceiro
19 ponto para que a Mesa Diretora já empossada pudesse conduzir a plenária. Sandra consultou a
20 Conselheira Lea Lúcia Cecílio Braga que disse que precisaria de um tempo de 20 minutos para reunir
21 com o governo e definir os nomes para a Mesa Diretora e Comissões de Trabalho do Conselho. Lea
22 questionou sobre a 6ª Comissão que seria criada e quando seria discutida, pois teria que apresentar
23 uma proposta. Sandra colocou que hoje no Conselho há 5 Comissões, 4 permanentes e a de
24 Promoção da Igualdade Racial que ainda está como provisória. Disse que tem uma proposta da Mesa
25 Diretora com a colaboração de muitos conselheiros de criar a Comissão de Política ou
26 intersectorialidade e que nesse momento fosse pensado sobre a criação dessa Comissão e sobre a
27 continuidade da Comissão de Promoção de Igualdade Racial. Após passado o tempo solicitado por
28 Léa, os conselheiros retornaram ao Plenário e Sandra chamou a conselheira Margareth Clemente dos
29 Santos representante da sociedade civil e Violeta Vaz Penna representante do governo para
30 apresentar os nomes dos representantes que estarão compondo a Mesa Diretora e as Comissões de
31 Trabalho. A conselheira Margareth apresentou os nomes de Luís Fernando de Abreu Xavier e João
32 Ademir Specht para a Mesa Diretora, ressaltando a ausência do conselheiro Luís Fernando que não
33 está presente por estar passando por atendimento hospitalar. Para a Comissão de Financiamento
34 como vice-coordenadora a Cristiane que também não está presente devido a uma intervenção
35 cirúrgica, mas já haviam conversado sobre esta indicação. Outros componentes da Comissão seriam
36 a conselheira Ilma Arruda de Araújo, Ildeu de Araújo e Cleusa Maria de Fátima Nascimento. Para a
37 Comissão de Normas, cuja coordenação é da sociedade civil e o nome indicado foi o da Margareth
38 como coordenadora, Leandro Carvalho Silva, Maria Goretti de Moraes Corrêa, Isabel Rovaris, Ângela
39 Carneiro Ricardo, Marcelo Emediato Álvares e Maria Aparecida Pereira Penido como outros
40 componentes. A Comissão de CRAS e CLAS, a sociedade civil assume a vice-coordenação com o
41 conselheiro Nelson Antônio de Senna Manta e a conselheira Dalila Monteiro Barbosa e Maria
42 Aparecida Pereira Penido como outras integrantes. A Comissão de Recursos Humanos, a
43 coordenação é da sociedade civil e o nome indicado é o da Maria Aparecida Bayão como

44 coordenadora e Èrica Valamiel Nepomuceno e Letícia Coelho de Oliveira como outras integrantes.
45 Com relação à Comissão de Promoção da Igualdade Racial que passa a ser permanente a vice-
46 coordenação é da sociedade civil com indicação do Elias Lourenço Souza e o Newilton Mendes de
47 Freitas como outro componente e sobre Comissão de Política de Assistência Social, a sociedade civil
48 propõe pela sua característica que ela seja coordenada, nesse período de estruturação, pela própria
49 sociedade civil com a indicação do conselheiro Leandro como coordenador e como demais
50 integrantes temos a Èrica Valamiel, Terezinha Oliveira da Rocha, Ilma de Araújo, Maria Goretti e Keila
51 Jacqueline Silva Figueiredo. Margareth finalizou dizendo que muitos conselheiros por serem novatos
52 não se manifestaram, pois gostariam de primeiro fazer uma análise sobre as Comissões para depois
53 manifestar sua participação. Em seguida, Violeta apresentou os nomes para a Mesa Diretora, ficando
54 Léa Lúcia Cecílio Braga como presidente e Paulo Emílio Gonçalves como 1º Secretário. Com relação
55 às Comissões, ficaram definidas apenas as coordenações, a composição completa das Comissões de
56 Trabalho será definida em outra reunião. Para a Comissão de Financiamento foi indicado o José
57 Carlos Dias Filho como coordenador. A Comissão de CRAS e CLAS será coordenada pelo Dílson
58 José de Oliveira. Sobre a Comissão de Política de Assistência Social, Violeta disse que foi discutido e
59 que pela própria questão da paridade e da política, a coordenação deveria ficar a cargo do governo
60 com a indicação da Maria Aparecida Carneiro como coordenadora desta Comissão. Logo após a
61 apresentação dos nomes para as Comissões, Sandra colocou a questão do impasse que estava
62 havendo na Comissão de Política de Assistência Social, uma vez que ambos, sociedade civil e
63 governo gostariam de assumir a coordenação e abriu para que Leandro como membro da sociedade
64 civil e Mônica de Cássia Barbosa Tófani do governo se manifestassem. Leandro disse que quando a
65 sociedade civil se reuniu e se organizou em torno de quem faria a representação da coordenação da
66 Comissão de Política de assistência Social, tendo em vista o foco desta Comissão se determinar a
67 intersectorialidade, a interação entre os três setores da sociedade, sobretudo do 3º setor com o 1º
68 setor na construção da Política de Assistência Social. Destacou que esta Comissão não tem o caráter
69 meramente de discutir o estrito da política governamental ou o estrito da política de Estado da
70 Assistência Social. Ela deverá, além disso, discutir as propostas que vem do 3º setor e as que vão
71 para o 3º setor no nível da Política de Assistência Social. Explicou que o 3º setor seriam as entidades
72 prestadoras de serviços, as de defesa de direitos, os trabalhadores da Assistência Social e o usuário
73 final que é aquele que está na ponta e que tem sua representação aqui no conselho. Leandro disse
74 que com essas considerações a sociedade civil achou por bem indicar a proposta de assumir a
75 coordenação da Comissão de Política de Assistência Social, para que ela se molde a partir dos
76 parâmetros elencados, que não seja estritamente uma discussão de temáticas oriundas da estrutura
77 de governo. Leandro finalizou dizendo que a sociedade civil tem muito a propor, muito a sugerir, é por
78 isso que a sociedade civil está encaminhando esta proposta e defendendo que a coordenação desta
79 Comissão seja da Sociedade civil. Em seguida, Mônica Tófani se manifestou dizendo que a Comissão
80 de Política é uma Comissão nova e achava pertinente que o governo estivesse na coordenação, uma
81 vez que está previsto para este ano a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social -
82 SUAS em Belo Horizonte. Ressaltou que o gestor está por dentro das questões de reordenamento e
83 de reavaliação dos espaços e serviços diante da normatização da Política e do SUAS. Mônica
84 defendeu a coordenação da Comissão pelo governo porque é ele que vai fazer a proposição da
85 regulamentação do SUAS, é ele que tem que escutar a sociedade civil. Disse que a aproximação dá
86 mais agilidade na questão das propostas de como viabilizar melhor a regulamentação da Política de

87 Assistência Social no município. Outra questão colocada foi a importância da intersectorialidade, da
88 Comissão ter representação que garanta outras secretarias na discussão demarcando esta
89 importância. Em seguida, a conselheira Kátia Rochael Rodrigues fez uma proposta de conciliação.
90 Propôs que como é uma Comissão nova e ainda não há uma clareza sobre ela, que fossem
91 construídos coletivamente os objetivos, as competências, a natureza dela, a posição dela dentro do
92 Conselho e o perfil das pessoas que dela devem participar. Destacou que além da articulação
93 intersectorial, a articulação intercomissões seria fundamental. Kátia finalizou propondo que essa
94 construção fosse feita por representantes tanto da sociedade civil quanto do governo, pois assim o
95 Conselho teria uma clareza maior para definir a coordenação. Logo após, foi passado a palavra para
96 Léa que se manifestou dizendo que respeitou a proposta de inversão da pauta, porém essa inversão
97 não ajudou os conselheiros a apreender conteúdos. Disse que o que havia se pensado inicialmente
98 era apresentar um balanço, fazer uma contextualização dizendo o que esta gestão fez, o que não
99 conseguiu fazer e porque o Conselho sentiu a necessidade de criar esta Comissão. Léa avaliou que o
100 Conselho deu um passo largo ao discutir logo a coordenação da Comissão sem ter mais clareza
101 sobre ela. Disse que a Comissão de Política de Assistência Social é fundamental para o Conselho e
102 seria importante que todos tivessem o compromisso com a paridade sempre. Ressaltou que quando o
103 governo reuniu, a questão da paridade foi tratada naturalmente, pois se tinha 3 Comissões que eram
104 coordenadas pelo governo, entende que 3 seriam pela sociedade civil. Léa finalizou dizendo que o
105 Conselho pode fazer discussão com naturalidade, tentando enxergar o melhor caminho e o lugar dessa
106 Comissão para que ela de fato cumpra seu papel dentro do Conselho. Em seguida, Sandra passou a
107 palavra para Margarete, alertando que a questão dessa Comissão de Política não se resolveria nesta
108 Plenária. Margarete informou que a Comissão da Promoção de Igualdade Racial e a Comissão de
109 Política de Assistência Social não estavam previstas no novo Regimento Interno do Conselho. Disse
110 que essa informação foi repassada à sociedade civil quando ela se reuniu e que tem pessoas do
111 governo que estão participando do novo Regimento que poderiam ter tido a mesma posição da
112 sociedade civil. Finalizou dizendo que concordava com a proposta da Kátia, pois o grupo que está
113 trabalhando Regimento Interno juntamente com o grupo que vai discutir a Comissão de Política
114 poderá elaborar o texto que constará no novo Regimento, para que no segundo semestre a sociedade
115 civil possa assumir a coordenação, uma vez que os conselheiros terão clareza das atribuições da
116 Comissão da Promoção de Igualdade Racial e a da Política de Assistência Social. Logo após, Sandra
117 solicitou que fossem passados os nomes para a composição do 1º grupo técnico do novo Conselho
118 que iria trabalhar na proposta da Comissão de Política de Assistência Social. Informou que o grupo
119 teria seis pessoas, três da sociedade civil e três do governo. A sociedade civil, porém apresentou seis
120 nomes, sendo estes, os mesmos já apresentados que iriam compor a Comissão de Política. O
121 governo, para manter paridade, também apresentou seis nomes, sendo, Léa Lúcia Cecílio Braga,
122 Kátia Rochael Rodrigues, Kleid'Néa Martins Borges, Maria Aparecida Carneiro, Eduardo Prates de
123 Miranda e Marlene dos Santos Lemos. Sandra finalizou parabenizando a Mesa Diretora, com Léa na
124 presidência, João Ademar como Secretário Geral, Paulo Emílio como 1º Secretário e Luís Fernando
125 como 2º Secretário e a convidou para dar continuidade aos trabalhos da Plenária. Em seguida, Léa
126 assume a condução da Plenária fazendo uma consideração especial à Sandra Regina, Mário Delavy
127 e à Kátia Rochael, por terem dedicado um tempo, uma agenda ao Conselho. Disse que além do
128 processo eleitoral e do processo de elaboração da Conferência, todas as pautas que envolvem o
129 Conselho são muito intensas e muito complexas e exige muito da dinâmica de todos. Léa agradeceu

130 a todos na pessoa de Sandra e Kátia e disse que contava com a colaboração de todos na dinâmica
131 do Conselho. Deu boas vindas aos conselheiros legitimamente empossados e disse que a chegada e
132 a trajetória de todos até ao Conselho significava um compromisso com a Política de Assistência
133 Social, para que a Assistência Social se torne cada vez mais uma Política Pública com garantia de
134 direitos. Léa informou que reuniria nos próximos dias com a Mesa Diretora para conversar sobre a
135 organização do Conselho para a próxima plenária e para trazer uma proposta trabalho visando
136 trabalhar sempre na perspectiva de ter sempre o compromisso com a Política de Assistência Social e
137 o fortalecimento do Conselho. Ressaltou que as opiniões podem até separar o Conselho, mas que o
138 compromisso e a unidade deste Conselho são fundamentais para a Política de Assistência Social.
139 Léa lembrou que tem uma Conferência em curso e que este é um momento muito importante, pois é
140 quando o Conselho escuta a sociedade civil mais ampla, ou seja, as Comissões Locais de Assistência
141 Social, os Conselhos Regionais de Assistência Social e os usuários. Disse que a avaliação não será
142 apenas da Política de Assistência Social do ponto de vista da execução dos serviços. Ela avaliará
143 também o comportamento do Conselho, seu funcionamento e as atividades que esse Conselho
144 responde no município pela Política de Assistência Social. Léa finalizou assumindo um compromisso
145 de na próxima plenária apresentar um leque de compromissos e ações que tem a ver com o conteúdo
146 e com a dinâmica do Conselho para os próximos dois anos, sobretudo aquilo que vai envolver os
147 responsáveis por essa Mesa Diretora. Léa passou a palavra para o conselheiro João Ademar que
148 colocou que para ele ficou claro que o destinatário de tudo que foi discutido até o momento a nível de
149 Estado ou a nível Federal, são pessoas neste país que por várias razões não tem acesso ao trabalho,
150 saúde, renda. Disse que se o Conselho tiver isso presente, conseguirá construir o bom senso,
151 construir um entendimento para cada passo. Destacou que isto é pressuposto para todos e que
152 qualquer coisa que se propõe a fazer nesta vida implica em trabalhar, abrir mão de outras coisas e
153 conciliar. João Ademar finalizou dizendo que há muito tempo atrás lhe disseram que “se precisar de
154 ajuda não vai atrás daquele que não tem nada na agenda porque ele não vai te ajudar. Se precisar de
155 ajuda vá naquele que tem a agenda cheia, porque ele vai dar um jeito de te ajudar ou indicará
156 alguém”. Em seguida, foi passada a palavra para o Conselheiro Paulo Emílio que ressaltou sobre a
157 responsabilidade que tem e que se intensifica ao representar a Mesa Diretora, mas que juntos
158 poderão se fortalecer, uma vez que o Conselho é paritário e cada um poderá contribuir para o
159 fortalecimento deste Conselho, que inclusive é modelo a nível nacional.. Finalizou dizendo que o
160 desafio que os conselheiros têm no dia a dia é saber dialogar para que o Conselho avance em
161 qualidade dos serviços prestados ao município. Logo após, Léa retomou a pauta da Plenária que
162 propunha a apresentação do Balanço e da Estrutura do Conselho para que todas as informações
163 pudessem chegar a todos os conselheiros. O terceiro ponto já foi encaminhado com a inversão da
164 pauta e o 4º ponto seria a prestação de contas. Léa ia colocar a pauta em votação, quando Edna
165 Lúcia Andrade do Carmo Pinto, conselheira do mandato anterior, levantou a questão quanto a
166 representação do CMAS/BH no Conselho Metropolitano do Bolsa Família e do Conselho Estadual de
167 Assistência Social – CEAS. Léa consultou se já haviam feito essa discussão, uma vez que o CMAS é
168 representado no CEAS pela sociedade civil e no Conselho do Bolsa Família é paritário, sendo 2 da
169 sociedade civil e 2 do governo. Léa sugeriu que caso não tenham feito nenhuma discussão sobre
170 essas representações, a sugestão é que mantenham as representações atuais até a Plenária
171 Extraordinária, na próxima semana, quando faríamos as discussões preliminares e apresentaríamos
172 os nomes para ganhar tempo. A conselheira, Maria Aparecida Bayão se manifestou com relação à

173 pauta da Plenária e os horários das reuniões no CMAS/BH. Disse que a pauta estava longa e
174 complexa e com assunto que não poderia ser votado, no caso o 4º ponto de pauta que se tratava da
175 prestação de contas de 2006 e de janeiro a abril de 2007. Com relação ao horário, a conselheira
176 chamou a atenção para que todos respeitassem o horário marcado das reuniões, pois muitas vezes
177 marca o horário das reuniões para as 14 horas, mas a reunião só começa às 15 horas, prejudicando o
178 horário para o término, como acontece com as Plenárias. Maria Aparecida Bayão finalizou
179 defendendo o término da Plenária às 17 horas e se ficasse faltando ponto de pauta que o Conselho
180 agendasse outro dia para o término das discussões. Léa reiterou o pedido da conselheira Maria
181 Aparecida Bayão, para que de fato as Plenárias se iniciem no horário previsto, ou seja, às 14:30
182 horas. Ressaltou que é muito assunto para um grupo que se propõe a encontrar uma vez ao mês e
183 discutir assuntos tão importantes, complexos e que exige objetividade, mas é fundamental que todos
184 não fiquem com dúvidas. Informou que a Mesa diretora do mandato anterior havia proposto para esta
185 Plenária a dinâmica de eleger a nova Mesa Diretora e Comissões, a apresentação do Balanço que
186 não seria muito demorado e por fim a prestação de contas de 2006 e 2007 que foi um pedido dos
187 antigos conselheiros. Léa propôs uma Plenária Extraordinária, uma vez que no balanço constam
188 pendências para o Conselho encaminhar e seria necessário que o novo Conselho conhecesse e
189 discutisse sobre essas ações na próxima Plenária inclusive para priorizá-las. Léa leu a pauta da
190 Plenária do dia 20/06/2007 e elencou resumidamente as pendências que o Conselho teria que
191 trabalhar (Regimento Interno, Grupo de Trabalho das Clínicas, Emenda Parlamentar e Instrumental
192 de Mensagens e Comunicados). Outra questão colocada foi sobre as atas. Léa colocou que não fazia
193 sentido os novos conselheiros aprovarem uma ata de uma reunião em que outras pessoas foram
194 responsáveis. Com isso, a proposta é que no dia 20/06/2007 os conselheiros da gestão anterior
195 sejam convidados para estarem presentes para que a ata possa ser aprovada. Finalizou dizendo que
196 gostaria de tratar dos dois primeiros pontos de pauta e assim que fosse concluído o Conselho
197 avaliaria se era possível chamar o último ponto para a apresentação ou se ele migraria para a
198 próxima Plenária Extraordinária. A proposta foi colocada em votação e aprovada pelos conselheiros.
199 Em seguida, Léa fez a apresentação do Balanço da Gestão 2005-2007. Léa falou das ações que
200 foram realizadas como as resoluções que foram aprovadas neste período que envolve toda a
201 discussão da reorganização dos recursos voltados para pessoas com deficiência no município. Sobre
202 o Grupo de Trabalho das Clínicas, informou que o Conselho aprovou uma readequação do recurso
203 para implantar o serviço Muriki em todas as regionais que até então eram em 6 e faltam 3 para serem
204 implantados. Destacou que essa é uma pendência e será necessário construir e fortalecer um novo
205 Grupo de Trabalho para dar continuidade ao andamento, para que o Conselho tenha conhecimento e
206 possa deliberar sobre o assunto. Com relação à inscrição de entidades, disse que um dos principais
207 trabalhos do Conselho é reconhecer as entidades de Assistência Social e depois certificar através do
208 documento que tem validade de um ano. Essa é uma dinâmica da Comissão de Normas. O Conselho
209 discutiu, também, sobre as Emendas Parlamentares. Ressaltou que no período anterior chegou em
210 Belo Horizonte propostas de emenda parlamentar direcionando o recurso a determinadas entidades.
211 O Conselho se debruçou sobre essa discussão e chegou num consenso. Disse que houve um
212 seminário e uma das questões colocadas foi que emenda parlamentar destinada diretamente à
213 entidade o Conselho não aprovaria, mas estaria aberto a discutir se o recurso viesse sem carimbo
214 para fortalecer os serviços da Assistência Social. Outra ação diz respeito à extensão do Controle
215 Social com a participação do Ministério Público e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

216 /PUC-MG. O Ministério Público, representado pelo promotor Celso Penna Fernandes Júnior, é
217 fundamental para fiscalizar e fazer cumprir determinadas ações no campo da Assistência Social. A
218 PUC-MG, representada pela professora Regina Coeli de Oliveira, no papel de assessoria, mas que o
219 Conselho pode pensar em estruturar uma proposta de capacitação permanente para além do
220 acompanhamento das Plenárias. É fundamental dizer que o Conselho conta, também, com vários
221 colaboradores individuais que integram as Comissões. Outra ação realizada foi o Processo Eleitoral
222 que o Conselho conduziu ano passado, eleição da sociedade civil que são os conselheiros que estão
223 compondo esse Conselho nessa nova gestão. Foi um processo muito intenso nas regionais junto aos
224 CLAS e CRAS, um processo de representação que não significa apenas eleger novos conselheiros,
225 mas colocar em pauta o que significa esta representação, pois o conselheiro não representa a si
226 próprio, mas um conjunto de pessoas de segmentos ou de regionais. Finalizando as ações realizadas,
227 Léa citou a organização da posse dos conselheiros, foram várias reuniões de transição. Desde
228 fevereiro os novos conselheiros têm acompanhado a dinâmica do Conselho de uma forma mais
229 direta. Com relação às ações que estão para serem realizadas citou o acompanhamento final do GT
230 das Clínicas, a proposta de Resolução da Emenda Parlamentar, a manutenção da autonomia do
231 Conselho, a elaboração do Instrumental de Mensagens e Comunicados, a criação da Comissão de
232 Política de Assistência Social, a contratação da Assessoria Jurídica para o Conselho que é
233 fundamental e sobre tudo agora com a aprovação do Regimento Interno e a estruturação do setor de
234 inscrição de entidades. Já as ações que estão sendo realizadas, Léa citou o Regimento Interno e a
235 organização da 7ª Conferência Municipal de Assistência Social. Finalizou dizendo que a apresentação
236 foi um esforço de síntese para que os novos conselheiros possam conhecer a dimensão dos
237 trabalhos ainda a serem concluídos que os conselheiros anteriores deixaram como legado para a
238 gestão atual. A conselheira Maria Aparecida Bordin Brasil fez duas sugestões, uma referente à
239 Comissão de Normas que é sobre a possibilidade de fazer uma reunião extraordinária interna para
240 que os conselheiros possam conhecer um pouco da legislação que envolve o certificado de filantropia
241 convidando a receita federal, estadual e municipal e o Conselho Nacional de Assistência Social -
242 CNAS ou mesmo a própria Comissão de Normas poderia apresentar essa legislação para que os
243 conselheiros pudessem entender bem essa questão e até contribuir para a criação do protocolo das
244 inscrições. Outra sugestão é a criação de um Código de Ética ou uma Comissão de Ética para o
245 Conselho. Maria Bordin fez referência ao Código de Ética do CNAS que trata das ações dos
246 conselheiros, dos limites éticos das ações tanto governo quanto da sociedade civil, incluindo também
247 os funcionários da Secretaria Executiva. Finalizou dizendo que esse Código de Ética iria qualificar
248 ainda mais a ação do conselho. Léa solicitou que fosse providenciada uma cópia do Código de Ética
249 do CNAS para ser distribuído na próxima quarta-feira para auxiliar nas discussões. A conselheira
250 Margareth disse que com relação ao Regimento, a Comissão de Normas está aguardando uma
251 avaliação jurídica. Disse que a Comissão terá que analisar algumas pendências inclusive as duas
252 Comissões, a de Política e a de Promoção da Igualdade Racial. A Comissão tem uma proposta de
253 capacitação que vai demandar horas ou um dia para a apresentação desse Regimento, para que os
254 conselheiros possam ver todas as orientações do Regimento. O conselheiro Leandro, completando a
255 fala da Margareth disse que para que o Conselho não aprove um Regimento elaborado por outra
256 gestão, convidou a todos os conselheiros interessados para a reunião da Comissão de Normas que
257 aconteceria no dia seguinte (14 de junho) às 9:30 horas para que possam dar contribuições e vê o
258 que precisa agregar ainda nesse Regimento Interno. Em seguida, o Secretário Executivo, Domingos

259 Sávio de Araújo foi chamado para apresentar o 2º ponto de pauta que tratava da Estrutura e Dinâmica
260 de Funcionamento do CMAS/BH. Antes Sávio fez três observações: corrigiu as datas das Pré-
261 Conferências de Venda Nova, Leste e Centro-Sul que no calendário constava o dia 01/07 e na
262 verdade seria 07/07. Convocou a reunião da Comissão Organizadora para o dia 15 de junho às 14:30
263 horas e informou a que a convocação da Plenária Extraordinária estaria sendo entregue naquele
264 momento. Após as observações, Sávio fez a apresentação começando pelas Comissões de Trabalho
265 do CMAS/BH, considerando a forma, as atribuições e o funcionamento de cada uma das Comissões.
266 Em seguida passou para a Plenária. Disse que é a 2ª instância onde se dá a dinâmica e o trabalho do
267 CMAS/BH. É a principal instância de decisão do Conselho, é paritário e se reúne mensalmente toda
268 2ª quarta-feira de cada mês, chegando a ter de 3 a 4 Plenárias Extraordinárias ao ano. Por último
269 Sávio apresentou a Secretaria Executiva focando a estrutura, o funcionamento, as atribuições e
270 objetivos. Após a apresentação, Léa propôs que a Plenária de julho fosse antecipada ou adiada uma
271 semana, pois o Conselho teria uma Plenária na semana da Conferência que é uma semana muito
272 atarefada para a Comissão Organizadora. Em seguida, a Conselheira Ilma Arruda de Araújo se
273 manifestou colocando algumas coisas para o conselho começar a refletir. Disse que o conselho
274 deveria trabalhar integrado com outras instituições. Informou que sua entidade tem um trabalho
275 contínuo de acompanhamento do trabalho parlamentar e que está propondo a criação da Promotoria
276 de Justiça de Defesa da Educação, que já tem em outros Estados. Propôs ao Conselho um
277 acompanhamento desse trabalho e a criação de uma Comissão para acompanhar o trabalho do
278 parlamento municipal e estadual. Disse que com o projeto do Governo do Estado de “choque de
279 gestão”, vários direitos sociais estão sendo suprimidos e a população não tem conhecimento. Com
280 relação a emenda parlamentar, disse que vai pegar o Regimento Interno da Assembléia Legislativa e
281 da Câmara Municipal para o Conselho discutir na próxima reunião, pois achava que caberia uma
282 reunião exclusiva para discutir a questão das emendas. Finalizou dizendo da dificuldade em
283 conseguir o atestado de funcionamento no Ministério Público, aproveitou a presença do promotor
284 Celso Penna e solicitou uma resposta sobre a não liberação deste atestado, uma vez que os
285 documentos da entidade estavam há um ano com o Dr. Tomáz. O promotor Celso Penna disse que
286 não existe uma definição específica de quem é que fornece o atestado de funcionamento. O que
287 aconteceu foi que o Dr. Tomáz havia o convidado para cooperar com ele, só que hoje ele não faz
288 mais isto. Finalizou dizendo que esta questão teria que ser resolvida dentro do Ministério Público e
289 pelo Dr. Tomáz e sugeriu que quando os representantes de entidades encontrassem com ele
290 cobrassem isso, pois achava importante ter uma pessoa designada para esta questão, até mesmo
291 para o controle das entidades. Logo após, Léa encaminhou o último ponto de pauta da seguinte
292 forma: não haveria discussão do item quatro, até pela questão do horário, manteria a reunião quarta-
293 feira com a pauta que os conselheiros receberam e anteciparia a reunião de julho para o dia 04
294 tratando exclusivamente da prestação de contas. Léa colocou em votação a proposta de transferir o
295 item quatro para o dia 04 de julho. A proposta foi aprovada pelos conselheiros, ficando a plenária
296 extraordinária para o dia 20/06 e a plenária ordinária para 04/07. Em seguida, Leandro informou que
297 para a plenária do dia 20/06 não haverá reunião da sociedade civil, a próxima reunião está prevista
298 para o dia 02 de julho no colégio Imaculada Conceição às 13:30 horas, mas todos serão avisados
299 com antecedência. Léa finalizou a plenária agradecendo a presença de todos. Nada mais havendo,
300 eu João Ademar Specht, Secretário Geral do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e assino
301 a presente ata. Belo Horizonte, 13 de junho de 2007.